

CAUSAS DA INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REVERTER OS EFEITOS DA SECA NO ESTADO DA PARAÍBA

Josiclêda Domiciano Galvêncio¹; Janes Galvêncio Ribeiro² e Reginaldo José de Medeiros³

ABSTRACT – The problem common of droughts in the Northeast Area of Brazil is related with irregular distribution of rain than properly with the lack of the same ones. It is known that the drought in the state of Paraíba has age of the discovery of Brazil. In spite of being a climatic phenomenon, it is also a social factor that it has been marking the society paraibana deeply. Being like this, it intends to analyze in this study the causes of the inefficiency of the public politics to revert the effects of the drought in the state of Paraíba. For so much, data of precipitations were used, during the period from 1910 to 2000. The obtained results it is ended that all of the combat programs the drought in the Northeast of Brazil has impact on the droughts of the state of Paraíba.

INTRODUÇÃO

O problema comum de secas na Região Nordeste do Brasil está mais relacionado com a distribuição irregular das chuvas do que propriamente com a falta das mesmas. Outros fatores, tais como uma baixa capacidade de retenção de umidade no solo e altas taxas de evaporação e evapotranspiração, contribuem para agravar o problema. A situação é particularmente severa no chamado "Polígono das Secas" que compreende uma área de 940.000 km² sobre o embasamento cristalino, onde vive cerca de 25 milhões de pessoas, sob forte irregularidade climática. Por ser uma região sujeita a: períodos críticos de estiagem prolongada, a região Nordeste vem sendo objeto de importantes estudos, principalmente nos anos em que ocorrem os fenômenos "El-Niño", quando o clima se modifica intensificando ainda mais a seca nessa região.

A Paraíba é um dos Estados pertencente a região Nordeste que sofre bastante com o problema da seca. Segundo o PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA PARAÍBA -PDRH-PB (2000) no concernente ao Nordeste Semi-Árido, a grande seca de 1877/79, constituiu o ponto de referência da presença do Governo Federal na Paraíba, visando a execução de medidas voltadas para solucionar os problemas relacionados com as estiagens. Na oportunidade, foram propostas as implantações de obras, destacando-se a construção de açudes, preferencialmente, destinados à irrigação, bem como estudos direcionados para a construção do grande canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe no Ceará. A partir de 1909, com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), a atuação do Governo Federal ficou centrada em um organismo que, como primeira medida, partiu para a obtenção de dados da Região, destacando-se os trabalhos nos campos da meteorologia, geologia, topografia e botânica. Na década de 20, o então presidente Epitácio Pessoa iniciou a implantação de um amplo programa de obras de grande abrangência. No Estado da Paraíba, foram iniciadas as construções dos açudes Pilões, Piranhas (atual Eng^o Avidos) e São Gonçalo, (Pinheiro,

1959). Até a criação da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, não existia na Paraíba uma entidade que cuidasse da exploração e do aproveitamento dos recursos hídricos estaduais. Por estas e outras razões é que a seca continua sendo um problema social de maior gravidade, impondo à vida da população do Nordeste Semi Árido a uma dramaticidade quase indescritível. Apesar de ser um fenômeno climático, também é um fator social que tem marcado profundamente a sociedade paraibana. Sendo assim, pretende-se analisar neste estudo as causas da ineficiência das políticas públicas para reverter os efeitos da seca no estado da Paraíba.

MATERIAL E MÉTODOS

A região em estudo possui área de 56.340km², situa-se no extremo leste da região Nordeste do Brasil e caracteriza-se como um dos menores Estados do país. Por ser cortado pelo o planalto da Borborema, a região sertaneja do Estado possui um clima extremamente seco, característico da região nordestina. Isso ocorre porque o planalto da Borborema impede a passagem de massas de ar que poderia provocar chuvas no interior.

Os dados de precipitações, durante o período de 1910 a 2000, utilizados neste estudo foram obtidos através do Laboratório de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto da Paraíba – LMRS_PB.

Foi efetuado o desvio das precipitações médio anual sobre a Paraíba.

A série de precipitação foi dividida em um período mais antigo de 1910 a 1990 e um período mais recente de 1991 a 2000, com o intuito de analisar as variações no padrão de precipitação ao longo do tempo. Além disso, foram analisados separadamente os anos secos e chuvosos para verificar o impacto desse fenômeno sobre o sertão paraibano e sobre as políticas adotadas para cada uma delas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 mostra os desvios das precipitações média anuais na Paraíba de 1910 a 1990. Percebe-se grande variação climática no Estado, durante o período. Ainda pode ser visto a presença de grandes secas em 1982/1983. Esses anos foram afetados pelo o fenômeno El Niño. Fenômeno causador de secas no Nordeste do Brasil. Além desses anos de grandes secas pode-se ainda perceber na história da região secas nos anos de: 1915, 1919, 1932, 1942, 1951, 1958, 1982/1983 e 1986/1987. Também pode ser visto maior variação da precipitação durante a década de 1970 a 1980. Entre as principais secas na história da região, menciona-se na literatura, especialmente aquelas ocorridas em: 1915; 1919/20; 1931/32; 1942; 1951/53; 1958; 1966; 1970; 1972; 1976; 1979/80; 1982/83; 1993; 1998. (Cruz et al. 2000).

¹ Dra. Recursos Naturais. Bolsista DCR/Embrapa/Facepe/CNPq. E-mail: josi@cpatsa.embrapa.br

² Estatístico. E-mail: janesrg@bol.com.br

³ Economista

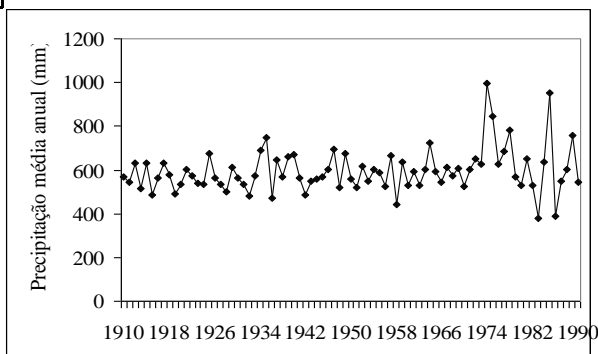


Figura 1. Desvios da precipitação média anual da Paraíba

Várias medidas foram tomadas durante esses anos e no conjunto dessas medidas foi criada, em 1919 a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas –IFOCS que em 1945 passou a ser chamado de Departamento de Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. Esse departamento teve como objetivo principal a acumulação de águas, através de açudagem e das obras de infra-estrutura. Essa fase ficou conhecida como a época de engenharia ou das soluções hidráulicas.

Com a seca de 1958 foi criado o Banco do Nordeste, inicialmente destinado a financiar o aproveitamento da infra-estrutura citada anteriormente. Essa fase ficou conhecida como a fase do desenvolvimento planejado. Essa seca foi muito importante porque serviu para mostrar que a solução através de açudagem não era capaz de resolver o problema da seca. Com isso, surge a criação da SUDENE.

A seca de 1979 foi caracterizada pelo reforço às soluções tradicionais, com a unificação dos diversos programas especiais, tais como os Pólos Nordeste e o Sertanejo, em um único programa, que ficou conhecido como Nordesteão.

A Figura 2 mostra os desvios da precipitação média anual para o período de 1991 a 2000. Percebe-se que a década de 1991 a 2000 foi bastante seca na Paraíba, tendo um destaque especial a seca de 1998, seca provocada mais uma vez pelo fenômeno El Niño, que foi bastante forte e causou grande seca sobre o Nordeste do Brasil. Essa seca trouxe grandes perdas para a Paraíba como um todo. As grandes cidades do Estado da Paraíba, como por exemplo, Campina Grande, passaram por racionamento de água de quase 50% no abastecimento humano. Essa seca ocasionou na época grandes prejuízos para o município, como por exemplo, o fechamento de vários centros comerciais, não investimento industrial, aumento o desemprego, fome, miséria, etc.

Na década de 1990 a 2000, as soluções de combate as secas foram menos paliativas e mais produtivas. As secas de: 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994 foram enfrentadas com um forte conteúdo de política de recursos hídricos, ainda que de forma pouco organizada. Nessa época veio a desaguar as diversas leis estaduais para a gestão do uso da água e, mais recentemente, na edição do diploma legal federal, a Lei nº 9.433/97. São também dessa época as frentes de trabalho. Algumas das obras construídas com as frentes de trabalho foram de grande importância para as secas subseqüentes.

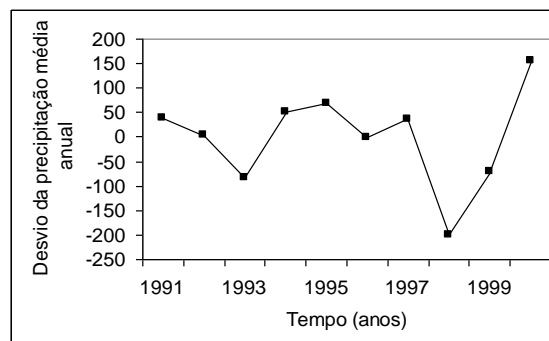


Figura 2. Desvio da precipitação média anual

Todos esses programas de combate a seca no Nordeste do Brasil tiverem impacto sobre as secas do Estado da Paraíba. Mas, foi somente na grande seca de 1988 é que se teve um ponto de referência da presença do Governo Federal na Paraíba, visando a execução de medidas voltadas para solucionar os problemas relacionados com as estiagens. Na época foram propostas as implementações de obras, destacando a construção de açudes, preferencialmente, destinados à irrigação, bem como estudos destinados à transposição do rio São Francisco, que até nos dias atuais ainda não foi iniciada. Nota-se que durante toda história do Estado da Paraíba as políticas públicas de combate a seca só vieram para tentar resolver problemas emergências ou de época e não para a solução ou preparação para futuras secas.

Atualmente, fala-se das políticas de convivência com a seca. Dentre todas as políticas adotadas essa veio a se pensar no futuro ou na preparação de uma futura seca. Ao longo de sua história, as ineficiências das políticas públicas de combate a seca ocorreram devido não serem políticas pensadas para o futuro e sim apenas para resolver problemas imediatos. Além do mais, muitas delas foram adotadas sem o mínimo de conhecimento das principais características climáticas da região. Essa falta de conhecimento levou os grandes prejuízos econômicos e a não sustentabilidade dos recursos hídricos já existentes, como pode ser identificado nas discussões apresentadas neste estudo.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados conclui-se que:

A ineficiência das políticas pública na Paraíba ocorreu devido a falta de um melhor conhecimento da caracterização climática da região pelos adotantes. Como também, a necessidade de ações urgente levou a adoção de políticas não adequadas. Além do mais, por trás de todas essas políticas públicas sempre existe o interesse pessoal dos políticos.

REFERÊNCIAS

- Cruz, H. P.; Coimbra, R. M.; Freitas, M. A. V. Vulnerabilidade Climática e Recursos Hídricos no Nordeste. O Estado das águas no Brasil. CD-ROM, ANEEL/MME/SRH, 2000.
- Pinheiro, L. C. M. Notas sobre as Secas. Boletim do DNOCS, Rio de Janeiro, 20(6): 56-134, nov/1959.
- PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS-PB. CD-ROM, 2000.